

Esperando a “hora da festa”: resistência e acção política no exílio

(1940-1947)

Heloisa Paulo¹

“Tido por responsável do funcionamento desta experiência, quanto mais não fosse, para fazer aparecer diariamente o “milho” necessário para alimentar aquele “pombal”; ao mesmo tempo aluno e mestre; ali verifiquei, ao vivo, o que significava a repetida afirmação do Galvão, quando dizia: - *o duro e difícil da vida de um revolucionário é resistir ao desgaste provocado pela necessidade de ultrapassar a impotência, a solidão, a angústia e o medo de não chegar à concretização da acção sonhada, de não chegar ao momento da acção, que é o seu momento da FESTA*”.²

O advento da ditadura militar em Portugal inicia a diáspora de uma plêiade de exilados e emigrados políticos que buscam no exterior espaço seguro para continuar a sua luta pelo retorno da democracia em Portugal. Durante 48 anos países como a Espanha, França, Marrocos, Estados Unidos, Venezuela e Itália acolhem sucessivas levadas de refugiados que escapam ao regime de força implantado em território português. Como não poderia deixar de ser, o tradicional reduto de emigração, o Brasil, vai concentrar o maior contingente de opositores portugueses entre os anos de 1940 e 1964, ainda que o início da vinda de exilados esteja fixado nos anos 30 com a chegada de João Sarmento Pimentel ao país.

Durante este período, republicanos, anarquistas, comunistas e exilados dos mais diferentes matizes políticos buscam organizar o combate ao regime e angariar na sociedade brasileira apoios para a causa democrática em Portugal. Mas, antes da “hora da festa”, expressão usada por Henrique Galvão para a acção directa, é preciso sobreviver e buscar auxílios para dar continuidade à luta. Na maioria das vezes, a sua condição política e intelectual favorece a interacção com sectores da sociedade brasileira que lhes são ideologicamente próximos, levando-os a dar continuidade à luta pela democracia, defendendo a “Pátria” que é responsável pela sua condição de “seres apátridas”, lutando por uma realidade que para muitos nunca será alcançada.

1. A sobrevivência política no exílio: as instituições de acolhimento

As organizações políticas existentes nos diversos núcleos da colónia portuguesa pelo mundo são instrumentos fundamentais na integração do exilado e emigrante político e na continuidade da sua luta política. No caso dos primeiros opositores republicanos, o Brasil oferece condições especiais de acolhimento, malgrado o peso da colónia tradicionalista naquele país.

De facto, o ideal republicano está presente na colónia antes de 1910, fruto da vinda de diversos emigrados do 31 de Janeiro precursores de inúmeros núcleos associativos com fins eminentemente políticos. Ainda em 1907, aproveitando a passagem de António Luís Gomes, então membro do Directório do Partido Republicano Português, é fundado no Rio de Janeiro o “Grupo Pró-Pátria”, destinado a dar prosseguimento entre os emigrantes ao trabalho de propaganda em prol do republicanismo até então somente desenvolvido em Portugal. Em 1908, questões

¹ Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. CEIS20 /Universidade de Coimbra

² MORTÁGUA, Camilo. *Andanças da Liberdade*, Lisboa, Esfera do Caos, 2009, p. 218.

internas levam esta associação a mudar a sua designação, passando a ser denominada “Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro”. Neste mesmo ano, uma outra instituição semelhante é criada em São Paulo por iniciativa de alguns republicanos ali radicados e comandados por Ricardo Severo, emigrado para o Brasil após o 31 de Janeiro: o Centro Republicano Português. Fora estes dois grandes núcleos da emigração portuguesa, outras cidades que possuem um fluxo significativo de emigrantes também possuem instituições com o mesmo carácter e denominação. É o caso do “Grémio Republicano Português da Bahia”, o “Grémio Republicano Português de Pernambuco”³, ou ainda, o “Centro Republicano Português de Manaus”⁴, situados na região nordeste e norte do Brasil.

A composição destas instituições reflecte a composição do próprio contingente emigratório, agregando os emigrados da mais tenra idade, já que a prática comum no início do século XX é o envio de meninos e adolescentes para “fazer a vida” no Brasil⁵. Considerando somente os do sexo masculino, os quadros destes órgãos são compostos por maiores de 14 anos, que possuam uma “profissão honesta” e “bom comportamento”, qualidades definidoras dos membros do Grémio. Uma vez aceites pelos sócios, todos os seus membros tem o direito de voto e de ocupar cargos assim que completem a maioridade, aos 21 anos⁶. O ideal de representatividade defendido pelos republicanos é assim assegurado através de um sistema eleitoral semelhante ao preconizado pela República. Para além disto, o Grémio possui um jornal próprio, o *Portugal Republicano*⁷.

Os mecanismos de sociabilidade destas instituições estão voltados para a difusão da cultura republicana, reproduzindo alguns dos instrumentos já conhecidos em Portugal, como as “conferências”, as comemorações das “festas nacionais” e a realização de “bailes” e “saraus”⁸. Algumas das datas recorda o passado dos membros das associações republicanas, emigrados ou exilados do 31 de Janeiro, que passa a ser “consagrado aos precursores e aos mártires da República”. O grande marco, contudo, é o próprio dia 5 de Outubro, “consagrado aos heróis” da causa republicana⁹.

A colónia possui os seus próprios ideólogos e combatentes republicanos, como Ricardo Severo, José Augusto Prestes e António Dias Leite¹⁰, todos participantes dos movimentos que precederam a implantação do Estado Republicano ou antigos

³ São inúmeras as menções a estes dois grêmios em periódicos portugueses, em especial, no *Almanach de O Mundo para 1910*, Lisboa, Tipografia Casa Portuguesa, 1909.

⁴ Desta instituição temos a notícia de uma pequena brochura, datada de 1916, localizada no Arquivo Federação das Associações Luso-Brasileiras, Rio de Janeiro.

⁵ Sobre o tema ver, entre outros, PAULO, H. *Aqui também é Portugal. A colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto.2000.

⁶ Capítulo 2, Artigo 4º do *Estatuto do Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro*. *Op. Cit.*.

⁷ Ver a referência no site <http://www.idc.nl/faid/147faidb.html>, que lista as publicações anarquistas e jornais operários na América Latina (Grémio Republicano Portuguez (Rio de Janeiro) : *Portugal republicano* : órgão do Grémio Republicano Portuguez. Rio de Janeiro, [s.n., 1910]- Run: Anno 2, n. 23-30 (1910). Filmed: v. 2:no.23-30 (1910) Br-124)

⁸ Capítulo 1, Artigo 2, letras “e” e “f” do *Estatuto do Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro*. *Op.Cit.*

⁹ Capítulo 12, Artigo 39º, letras “a” e “c” do *Estatuto do Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro*. *Op. Cit.*.

¹⁰ António Dias Leite emigra para o Brasil após a sua participação no 31 de Janeiro, passando a ser um fervoroso combatente dos ideais republicanos. Sobre o tema ver: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer e MAIA, Laura Lahmeyer. *Cartas de António Dias Leite (1870-1952)*. Rio de Janeiro. Editora Lidador. 2005.

deputados do mesmo regime. São eles que servem de exemplo e comandam o chamado dos novos aliados ao republicanismo, que, em alguns casos, irão atravessar décadas combatendo pelo retorno dos princípios republicanos em Portugal. São comerciantes, pequenos industriais, trabalhadores do sector terciário, jornalistas, médicos e toda a espécie de profissionais liberais convertidos ao ideal republicano e que possuem trajetórias diferenciadas, como veremos adiante.

Após a implantação da República proliferam os grupos defensores do republicanismo, alguns deles frutos da aproximação com o governo recém-constituído. Alguns espelham as disputas políticas do país de origem, como o “Grupo dos Lusitanos Intransigentes de São Paulo”¹¹, que referencia o nome dos apoiantes de Machado dos Santos e do seu jornal¹². É comum a alusão aos personagens de ponta do novo regime, como espelha o Centro Republicano Dr. Afonso Costa, fundado a 25 de Maio de 1919, no Rio de Janeiro¹³, ou ainda, o Centro Dr. António José de Almeida, fundado na mesma cidade logo após a visita do então Presidente de Portugal ao Brasil, em 1922¹⁴. O período de “vida” de tais instituições vai depender do comprometimento dos seus membros face ao ideal republicano em causa, sendo que, a partir de 1934, todas elas são afectadas pelas mudanças na legislação brasileira que vão coibir a existência de tais associações¹⁵.

A trajetória de propaganda e combate em prol do republicanismo tem no Grémio Republicano no Rio de Janeiro, Centro Republicano em São Paulo e no Centro Republicano Dr. Afonso Costa, os seus principais representantes. No entanto, é esta última instituição que se destaca no período imediato à implantação da ditadura em Portugal, como representante dos seus contestatários emigrados no Brasil. Composta por elementos já conhecidos pelo seu trabalho na divulgação do republicanismo no Brasil no período anterior a 1910, alguns deles também participantes do Grémio, o Centro Republicano Dr. Afonso Costa assume a postura combativa do seu patrono, aliando-se prontamente aos protestos dos exilados de Paris. São eles os responsáveis pelo reaparecimento do periódico Portugal Republicano, agora como órgão de combate da ditadura militar e representante dos oposicionistas republicanos. Este periódico tem um importante papel na difusão da propaganda republicana no Brasil e em Portugal. O grupo é constantemente alvo de denúncias da Embaixada do Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo as autoridades consulares acusado os seus membros de dar “cooperação e solidariedade a inimigos declarados da actual situação política”¹⁶.

¹¹ Este Grupo aparece citado numa reportagem da *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 6-9-1915, n.º498, p.32.

¹² Machado dos Santos representa a dissidência mais radical no republicanismo, reunida em torno do jornal *O Intransigente*, órgão que expressa a tendência anti-afonsina do Grupo. Ver, entre outros, SILVA, Armando Malheiro da. “A República e o Reformismo democrático autoritário (1890-1926)”, in: *Portugal - Brasil: uma visão interdisciplinar do Século XX*, consultado em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53331/2/amalheirorepublica000119269.pdf>.

¹³ Em trabalho anterior havia encontrado poucos dados a respeito desta agremiação, datando então a sua formação na década de 30. Pesquisas posteriores levaram a data que agora apresento.

¹⁴ Os primeiros documentos localizados datam de 1924, no qual o organismo é apresentado como “novo e débil” Ofício datado de 19 de Agosto de 1924 do Centro Dr. António José de Almeida endereçado a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, Arquivo da CPCI, Rio de Janeiro, Brasil.

¹⁵ Sobre o tema ver PAULO, Heloisa. “*Aqui também é Portugal*”. *Op. Cit.*

¹⁶ Ofício datado de 30 de Dezembro de 1933 da Embaixada de Portugal endereçado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rio de Janeiro, MNE, 3.º piso, A. 1, Maço 743.

Há ainda um outro grupo de republicanos que merece destaque: a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. É a única associação portuguesa que se dedica à propaganda colonial, tendo por patrono o republicano e antigo governador de Angola, Norton de Matos. É também a única a explicitar nos seus estatutos a admissão de sócios de “ambos os sexos”¹⁷, sendo a Presidência da sua Assembleia Geral entregue a escritora Fernanda de Basto Casimiro, que também colabora no Boletim mensal da instituição. Apesar do seu posicionamento como uma sociedade não política, esta instituição assume a defesa dos opositores e ataca frontalmente o governo de Lisboa, entrando em conflito com as autoridades consulares e com a colónia salazarista. Em 1933, quando uma publicação do Centro Republicano Português circula clandestinamente em Portugal, a Sociedade Luso-Brasileira do Rio de Janeiro é acusada pelas autoridades consulares de ter sido a responsável pela sua expedição para o território português e colonial¹⁸. Três anos depois, a instituição vê o seu pedido de colaboração para a realização de uma “Semana do Ultramar Português” ser negado pelas autoridades portuguesas, temerosas de que alguma propaganda contrária ao regime fosse veiculada no decorrer do evento¹⁹. Na verdade, entre 1933 e 1936, são inúmeros os ofícios das autoridades consulares denunciando ao governo de Lisboa a orientação dada por “adversários da actual situação” aos rumos da instituição²⁰. A instituição acaba por desaparecer em 1936, em parte pelo carácter político cada vez mais assumido pelo grupo, mas sobretudo porque as autoridades consulares pressionam as autoridades brasileiras a executarem o seu encerramento.

Na década de trinta, porém, fruto do quadro da crise económica que o país atravessa, são inúmeras as medidas restritivas quanto à entrada de imigrantes e à ocupação de postos de trabalho no país. A política nacionalista, posta em prática pelo governo brasileiro a partir de 1934, ganha um novo impulso com a implantação de um “Estado Novo”, em 10 de Novembro de 1937, teoricamente muito próximo do modelo português²¹. Assim sendo, a vida associativa das respectivas colónias de imigrantes passa a ser “controlada” através do encerramento de associações políticas e da proibição da participação de brasileiros, incluindo os filhos dos imigrantes, nos seus quadros.

O Decreto-Lei n.º 383, de 18 de Abril de 1938, no seu artigo segundo, proíbe aos estrangeiros “organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes ou quaisquer estabelecimentos de carácter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou a difusão, entre os seus compatriotas de ideias, programas ou normas de acção de partidos políticos do país de origem”²². O seu regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 3.016 de 24 de Agosto do mesmo ano, põe fim de forma definitiva, as associações portuguesas, a maioria de cunho republicano ou monárquico, que não apresentem às autoridades brasileiras a documentação necessária para a sua legalização, ou ainda, que tenham o seu pedido negado, face ao passado de combatividade das mesmas.

¹⁷ Artigo 1.º do Capítulo I dos *Estatutos da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Of. Gráficas Villas Boas, 1934, p. 3.

¹⁸ Ofício datado de 26 de Janeiro de 1934, citado no Ofício de 6 de Abril de 1936, 3.º Piso, Arquivo 1, Maço 743, MNE.

¹⁹ Ofício de 21 de Outubro de 1936, 3.º Piso, Arquivo 1, Maço 743, MNE

²⁰ Para além dos Ofícios acima citados, existem outros de carácter confidencial localizados na mesma cota, tratando dos mesmos temas expostos.

²¹ Sobre o tema, ver, entre outros; SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo*, (1930-1964)(Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 e FAUSTO, Bóris. (organizador) *História Geral da Civilização Brasileira*.(Tomo III, vol. 1 a 4, São Paulo: Difel, 1984).

²² Sobre o tema ver PAULO, H. Op. Cit.

O Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro tenta adaptar-se à nova legislação, abrindo os seus quadros aos nacionais, porém é intimado a “reorganizar-se, adoptando a forma adequada aos seus fins actuais, de beneficência e à sua natureza”²³. No caso do Centro Republicano Português de São Paulo, e, tendo em vista o seu requerimento para funcionar como associação estrangeira, é informado pelas autoridades brasileiras que não poderia ter brasileiros nos seus quadros, devendo toda a publicação da instituição ser submetida à censura²⁴. O mesmo ocorre com os periódicos publicados pelas associações de emigrantes, os quais são proibidos de circular em língua estrangeira e apresentarem matérias de conteúdo político²⁵. O Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro, apesar de uma tentativa de reorganização em 1936, não consegue autorização oficial para prosseguir legalmente como instituição associativa, sendo por isso preciso encontrar novos meios para congregar os oposicionistas emigrados ou exilados.

Em 1940, chegam ao Rio exilados famosos do Revirvalho que compunham o famoso grupo dos Budas, em Madrid. A presença de ícones do republicanismo fortalece o movimento e a esperança de uma luta concertada a partir do exterior. Uma vez instalados e com a sobrevivência material assegurada temporariamente, Jaime de Moraes, Moura Pinto e Jaime Cortesão iniciam os contactos com os demais grupos de emigrados e exilados.

O Estado Novo de Vargas está em pleno apogeu, limitando as acções dos grupos de emigrantes aos encontros realizados em jantares de confraternização, ou ainda, às reuniões fechadas que, no caso dos exilados portugueses ocorrem na sede da União dos Viajantes Comerciais do Brasil, associação de que faz parte Francisco Dores Gonçalves²⁶. A dura regulamentação imposta por Vargas para a realização de manifestações públicas impede que os oposicionistas lusos contem com a participação de uma grande “assistência” quando da sua primeira tentativa de comemoração da data magna do republicanismo português.

A partir dos finais de 1941, a medida que o Brasil alinha ao lado dos aliados e a sua entrada na Segunda Guerra é iminente, o espaço para a actuação dos antissalazaristas é cada vez mais aberto, sendo que o fluxo contínuo do exílio e da emigração política só faz aumentar os quadros da oposição. Articulando os elementos mais activos do republicanismo, como Francisco Dores Gonçalves, e contando com a ajuda dos grandes financiadores da “causa” como Ricardo Seabra, Ventura Brenha, Raul Monteiro Guimarães, José Augusto Prestes e Lúcio Thomé Feteira, os Budas reorganizam o movimento, buscando o apoio dos demais exilados nos mais diferentes pontos do mundo. As reuniões são constantes, conforme atestam os telegramas e convocatórias presentes nos arquivos de Moura Pinto e Jaime de Moraes. Este grupo inicial passa a ser designado como “Comissão do 5 de Outubro”, e, neste papel, empreende uma série de acções no sentido de obter o reconhecimento internacional da oposição, num pós-guerra que prometia ser promissor para os regimes democráticos.

²³ Actos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, expediente do dia 25 de Janeiro de 1940, in : *Diário Oficial*, Segunda-Feira, 29 de Janeiro de 1940, p. 1703.

²⁴ *Idem*.

²⁵ Sobre o item ver PAULO, Heloisa. *Estado Novo e Propaganda*. Coimbra: Minerva, 1994.

²⁶ Ambos moram então muito próximos, no Bairro do Estácio, próximo a baixa do Rio, local de grande concentração de emigrantes portugueses de baixa e média renda. Jaime de Moraes ocupa um pequeno sobrado com apenas sala e dois quartos, juntamente com os membros da família, num total de 9 pessoas.

Com a vitória aliada, a Comissão assume um carácter institucional “semioficial”, passando a designar-se “União dos Democratas Portugueses”²⁷. A presidência do grupo é entregue a Ricardo Seabra, e, o seu Directório, os “Budás” (Jaime Cortesão, Jaime de Moraes e Moura Pinto), acompanhados por António Amorim, Alamiro Andrade e Dores Gonçalves, este último, secretário do órgão. Na sua composição estão “antigos republicanos, socialistas e alguns comunistas”²⁸ e ainda anarquistas, como Câmara Pires, Roberto das Neves e José de Melo Espínola²⁹.

A UDP procura legitimar-se como a “porta-voz” dos oposicionistas no exterior, apesar dos primeiros sinais de dissidências já existentes nos meios oposicionistas no país de acolhimento. No próprio Brasil, a organização busca estabelecer representações em alguns estados, obtendo o apoio dos opositores em algumas capitais como São Paulo, Recife e Fortaleza. Nas duas últimas cidades, apesar da tradição republicana, os núcleos são mantidos graças ao empenho de antigos exilados, destacando-se a figura de Camilo Cortesão na capital de Pernambuco³⁰.

Em São Paulo, onde o contingente emigratório se adensa a partir do final da Segunda Guerra, a “Secção Autónoma” do movimento, a União dos Portugueses Anti-fascistas, reúne de nomes antigos republicanos, como José Ferreira Granada, e de novos opositores que farão história nestas fileiras nos períodos que se seguem, como José Duarte Baptista, Francisco Sarmiento Pimentel e figuras célebres da oposição, como Sarmiento de Beires. O seu objectivo é o mesmo do núcleo central, ou seja, “aglutinar dentro do seu quadro o maior número possível de portugueses anti-fascistas”³¹.

Em 1945, marca o aparecimento de uma nova frente oposicionista de tendência comunista, alterando o quadro oposicionista em terras brasileiras. Na sua direcção está o antigo exilado Lúcio Pinheiro dos Santos e o recém-chegado Aniceto Monteiro³². Tal como o sector republicano, o novo grupo pretende reunir elementos de todos os matizes políticos, procurando incluir nas suas hostes muitos dos velhos republicanos³³. O Comité Português Antifascista pretende congrega os elementos da oposição portuguesa, contando também com o apoio de companheiros do Partido Comunista Brasileiro, que começa a reaparecer no cenário político ainda em 1945, apesar da sua não legalização. As primeiras reuniões do grupo são realizadas na sede da Liga da

²⁷ Não encontramos menções de registo da associação no Diário Oficial da União do então Distrito Federal, ou seja, a cidade do Rio de Janeiro, bem como em nenhuma outra capital do país. Sem o mencionado registo, a instituição não teria carácter legal, sendo portanto informal.

²⁸ Todas as informações a respeito da União dos Democratas Portugueses foram obtidas através dos textos dos telegramas, do material de divulgação citado. Para além dos Memorandos de Moura Pinto a José Domingos, já citado, e a Abílio Águas, datada de 1 de Maio de 1946. Arquivo Moura Pinto.

²⁹ Os seus nomes são uma constante nos manifestos do Grupo.

³⁰ Camilo Cortesão está no Brasil desde a década de 30 e na década de 40 encontra-se instalado na cidade de Recife, onde permanece vários anos.

³¹ Panfleto da União dos Portugueses Anti-fascistas. São Paulo. Arquivo Moura Pinto.

³² Ver VIDEIRA, António Augusto Passos. “António Monteiro no Brasil (1945-1949): Uma breve passagem mas com resultados duradouros”, in: http://cbpfindex.cbpf.br/publication_pdfs/cs00207.2007_08_06_09_47_47.pdf consultada em 31 de Julho de 2011.

³³ Depoimento de Luís Leite de Vasconcelos, participante activo do grupo. 8 de Abril de 2004. Rio de Janeiro.

Defesa Nacional, anteriormente citada. É criado um Boletim do Comité Português Antifascista, em Setembro de 1945, tendo sido publicados cerca de 20 números³⁴.

O primeiro grande acto de contestação ao regime de Salazar é realizado sob a égide do “Conselho Nacional” da Frente, no dia 21 de Abril na sede da União Nacional dos Estudantes do Brasil. A manifestação é incorporada ao protesto público realizado por democratas brasileiros contra o regime de Vargas. Para tal, o grupo português manda publicar no jornal *Correio da Manhã* uma convocatória destinada exclusivamente aos portugueses democratas sem que, no entanto, o facto fosse de conhecimento dos republicanos. Tal atitude gera a imediata reacção de Moura Pinto para quem a realização de uma manifestação pública agregada aos protestos dos estudantes brasileiros podia não ser benéfica para os opositores exilados, já que “a política brasileira, em reajustamento, atravessa um momento delicado que só a brasileiros respeita e o bom senso aconselha-nos rigorosa neutralidade”³⁵.

O distanciamento entre os dois sectores oposicionistas é cada vez maior, dada a influência do Partido Comunista Brasileiro, legalizado em 1947. O PCB passa a oferecer oficialmente apoios ao grupo de Aniceto Monteiro e Lúcio Pinheiro dos Santos. Moura Pinto reconhece esta situação na carta que endereça a José Domingos dos Santos, então, também ele às voltas com dissidências oposicionistas dos exilados em Paris:

“Li a carta do Neves e não pude deixar de rir com as duas correntes aí existentes. A mesma coisa aqui. Que seria da Pátria, da Democracia e acima de tudo que seria da ditadura, se mesmo na desgraça os Ibéricos não mantivessem correntes diversas! Na nossa presidida pelo Ricardo, com republicanos de todos os matizes, alguns antigos seus correligionários e até comunistas e anarquistas predomina uma feição moderada socializante, cautelosa com os passos porque o terreno ainda está longe de estar firme. A outra presidida pelo Lúcio com os seus escritos, o Aniceto com a sua apaixonada obstinação na organização das “células”, infelizmente a 5.000 quilómetros de distância para actuarem. Mas ao fim e ao cabo tudo dá certo e estas “Duas Potências” entendem-se bem quando se trata de objectivos sensatos e práticos, mercê da bondosa paciência do Ricardo e da dura e proveitosa experiência dos nossos largos anos, havendo amistosas relações.”³⁶

2. As acções contra o regime: os protestos, as articulações internacionais e os contactos com o movimento oposicionista em Portugal.

As primeiras acções “públicas” realizadas pela oposição exilada são as reuniões comemorativas do 5 de Outubro. A primeira delas, realizada a 5 de Outubro de 1941, conta com uma pequena participação, cerca de 44 nomes, incluindo os organizadores. São elementos vinculados ao movimento republicano no Brasil, assim como exilados também aportados recentemente, como Novais Teixeira, ou emigrados políticos, como

³⁴ Dados obtidos do depoimento de Luís Leite de Vasconcelos. Quanto ao mencionado Boletim afirmou que Rui Luís Gomes havia queimado os únicos números existentes, após conhecer as primeiras notícias a respeito da implantação da ditadura militar no Brasil.

³⁵ Moura Pinto, apesar de manter uma postura de flexibilidade, guarda reticências quanto a alianças com sectores comunistas, chegando a descrever Aniceto Monteiro como insensato. Folha solta com o referido apontamento

³⁶ Carta manuscrita de Alberto Moura Pinto a José Domingos dos Santos, datado 16 de Julho de 1945, Rio de Janeiro. Arquivo Moura Pinto.

António Lobo Vilela³⁷. A assembleia é discreta, contando com diversos oradores e a assinatura de um abaixo-assinado, a ser publicitado posteriormente e cujas cópias são entregues aos participantes, deixando um registo da primeira acção promovida com a nova leva de exilados³⁸.

No ano seguinte, com a aproximação do regime de Vargas aos aliados, a própria sociedade brasileira organiza manifestações antifascistas. Neste clima, o 5 de Outubro é assinalado de forma mais aberta, contando com um maior número de adesões. Aproveitando o impasse causado pela ligação da colónia ao salazarismo e a sua posição neutral, os opositores conseguem marcar presença num dos locais de eleição da colónia salazarista; o Clube Ginástico Português. Para esta instituição, acolher um evento desta envergadura só pode contribuir para a sua boa imagem em solo brasileiro, sendo que é dado um carácter mais formal à reunião, com direito a convite e com um cardápio de três pratos, seguindo a tradição portuguesa, apesar das condições de racionamento impostas pelo conflito³⁹.

Desta feita, o número de presenças é maior, cerca de 65 pessoas de acordo com o Manifesto, realizado nos mesmos moldes do anterior. Tal como o precedente, os participantes estão ligados ao movimento republicano, ampliando-se, porém, a base dos opositores com outras participações, como a de Lúcio Pinheiro dos Santos, vinculado ao movimento comunista. Alguns nomes, como Mário Ferreira de Castro, que assinam o manifesto final da reunião estão presentes nas listas de apoiantes ao posicionamento do Brasil perante o conflito propagandeadas nos periódicos, o que demonstra mais um interesse de integração à sociedade envolvente do que uma consciência política⁴⁰.

O cerne de todos os discursos continua a ser o apoio aos Aliados e a afirmação da luta do Povo Português pelos direitos firmados na “Carta do Atlântico”, e o seu desagravo ante o posicionamento do regime que o impede “de se encontrar neste momento, de armas na mão – como na guerra anterior e de acordo com a sua secular aliança – ao lado do Brasil, da Inglaterra e das demais Nações Unidas”. O oferecimento da “incondicional solidariedade” dos republicanos portugueses ao Brasil e aos Aliados na defesa dos “princípios sociais e políticos da Democracia – contra a tirania que sob vários disfarces, escraviza e algema Povos e Consciências”⁴¹ marca o manifesto do evento.

Em 1943, a comemoração da data é repetida de forma mais entusiasta, com o dobro dos presentes, comparativamente à realizada dois anos antes. No convite para o

³⁷ Ver António Lobo Vilela (1902-1966) é engenheiro formado pela Universidade de Coimbra e em Matemática pela Universidade do Porto, tendo sido professor do Liceu Normal de Coimbra e está no Brasil no início dos anos 40, partindo depois para Portugal onde continua a militar na oposição. Participa do MUD como representante da União Socialista. É também militante do grupo Seara Novo, tendo publicado com Câmara Reis, em 1946, uma colectânea de textos políticos intitulada *Linha geral: artigos políticos*.

³⁸ A existência de cópias idênticas nos arquivos de Moura Pinto e Jaime de Moraes permitem tal dedução.

³⁹ Ver Anexo. O interesse é o cardápio apresentado que segue a tradição dos jantares oficiais, com três pratos (peixe, carne e ave), apesar das condições de racionamento impostas pela Guerra.

⁴⁰ Na verdade, este emigrante só está presente neste acto específico, sendo que o seu nome aparece na reportagem anteriormente citada como autor de uma carta para o periódico na qual conclama os portugueses do Brasil a se oferecerem ao Presidente Vargas para “formar na primeira linha de combate ombro com ombro com os vossos soldados se o vosso e nosso Brasil for ameaçado”. Recorte do periódico *Diário da Noite*, 23 de Janeiro de 1942, MNE, 2.º piso, A. 50, Maço 68

⁴¹ Manifesto de Comemoração da Implantação da República em Portugal. 5 de Outubro de 1942. Arquivo Jaime de Moraes. Fundação Mário Soares.

evento consagram-se os ideais republicanos, expressos na “Homenagem à memória dos propugnadores fundadores da República Democrática Portuguesa – Hoje Inexistente”, e nas imagens dos de Afonso Costa, e de António José de Almeida. As caricaturas de Afonso Costa como tribuno, discursando no Parlamento⁴², e António José de Almeida, como símbolo de combate, de espada em punho, atacando a monarquia⁴³, da autoria de Francisco Valença, evocam estes líderes republicanos em momentos chaves da história do republicanismo e o seu papel no combate à monarquia.

O local escolhido para a Comemoração são os salões do Automóvel Clube do Brasil, o que revela a grandiosidade esperada para o acto. Instalado na antiga residência do Barão de Barbacena, um dos prédios mais conhecidos na baixa da cidade do Rio de Janeiro o local é utilizado para recepções oficiais do próprio governo brasileiro. O texto do Manifesto é basicamente o mesmo, ainda que mais contundente, com os consignatários a lamentar que “a passada complacência das grandes Democracias para com os regimes autoritários tenha como consequência malograr até hoje o desejo do Povo Português em lutar” ao lado dos Aliados⁴⁴.

Em 1944, o clima político do país de acolhimento não é favorável às manifestações populares, não havendo notícias de qualquer evento realizado no 5 de Outubro. As dissidências em torno do “Estado Novo” de Getúlio Vargas multiplicam-se e a oposição democrática brasileira ganha cada vez mais apoios, o que conduz à uma resposta de força por parte do governo. O local onde fora realizado o encontro dos republicanos portugueses no ano anterior é transformado num palco de confrontos quando, em 11 de Agosto, a polícia tenta impedir a posse de Osvaldo Aranha, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, como vice-presidente da Sociedade Amigos da América⁴⁵.

É preciso esperar até o ano seguinte para que outra Comemoração ocorra e, desta feita, com o apoio total dos democratas brasileiros. Após a convocatória de eleições no Brasil, os festejos do 5 de Outubro são marcados pela agitação política que se vive no país e pela união de brasileiros e portugueses contrários aos regimes ditatoriais. Desta junção de forças emerge a Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa, SADP, criada em 1945⁴⁶.

Assim sendo, a comemoração da data da implantação da República portuguesa é realizada na sede da Associação Brasileira de Imprensa, onde os democratas brasileiros conspiravam contra o regime de Vargas. Na direcção do organismo está Herbert Mosses, figura controversa, mas que desempenha um importante papel na defesa da liberdade de imprensa. Como convidados estão presentes nomes sonantes do movimento democrático brasileiro, como o escritor Manuel Bandeira e os deputados Hermes Lima, então presidente da SADP, e Lino Teixeira, ambos da Esquerda Democrática⁴⁷. Também participa da solenidade Hildebrando Horta Barbosa, o representante de uma outra instituição de apoio aos exilados, a Associação Brasileira

⁴² A imagem é referente ao papel interpelador de Afonso Costa na questão Hinton, ou seja, o pagamento de uma indemnização por parte do regime monárquico a um súbdito inglês que possuía um monopólio comercial na Madeira Publicado originalmente em VALENÇA, Francisco. *Varões Assinalados*, n.º 18, Maio de 1910.

⁴³ Imagem original publicada em VALENÇA, Francisco. *Varões Assinalados*, n.º 2, Setembro de 1909.

⁴⁴ Manifesto do 5 de Outubro de 1943, Arquivo Jaime de Morais, FMS

⁴⁵ Ver, entre outros, FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2006.

⁴⁶ Ver item 3.

⁴⁷ Ver recorte do jornal *Diário de Notícias*, datado de 11 de Outubro de 1945. Arquivo Moura Pinto.

dos Amigos do Povo Espanhol⁴⁸. O ambiente é bastante diferente daquele vivido nos eventos anteriores, já que o evento é aberto ao público e conta com a presença de jornalistas brasileiros que tratam da sua divulgação para a sociedade local. Na verdade, a nota dactilografada acerca do evento encontrada no Arquivo Moura Pinto é basicamente a mesma da publicitada no jornal *Diário de Notícias*, no dia 11 de Outubro de 1945⁴⁹.

Em Abril de 1945, assumindo a representação do movimento oposicionista como um todo, a Comissão encaminha um telegrama de pêsames em nome dos opositores democratas portugueses ao Embaixador Norte-Americano no Brasil, Adolfo Berle, pelo falecimento do Presidente Roosevelt. Nas condolências apresentadas declara estar “convicta de interpretar o sentimento unânime dos Democratas Portugueses residentes no Brasil”, pela perda de um “democrata” que “lega à Humanidade, com a força do seu exemplo, confortadora esperança num mundo sem tiranias”⁵⁰. Assinam o documento Francisco Dores Gonçalves, Alamiro Andrade, António Amorim, Lamartine Pimentel, Manuel Pinto de Miranda e José Melo Espínola⁵¹. Sempre que a censura permite, todas estas acções são divulgadas nos jornais favoráveis ao movimento.

Ocorrências de maior impacto para a colónia portuguesa, como o falecimento de Bernardino Machado, são oportunamente aproveitadas para uma manifestação dos opositores portugueses, pelo que, a actuação da “Comissão” não se faz esperar. O falecimento do antigo presidente, natural do Rio de Janeiro, leva à realização de um evento de proporções “transnacionais”, reunindo os democratas de ambos os países, já que o homenageado nascera no Rio de Janeiro, tendo actuado ali como representante diplomático. A Homenagem ao antigo Presidente da República tem como sede a Liga da Defesa Nacional, antiga instituição liberal fundada em 1916 e sede das reuniões da Aliança Nacional Libertadora, organismo de carácter democrático que reunira no início do Estado Novo brasileiro as oposições ao regime. Neste local simbólico, dá-se a congregação de portugueses e brasileiros, sendo Jaime Cortesão o orador principal. No elogio ao antigo opositor português, são afirmados os seus valores democráticos e a importância da luta contra qualquer tipo de autoritarismo⁵².

Em defesa dos mesmos ideais, em Agosto de 1944, logo após a libertação de Paris, o grupo saúda o General De Gaulle como “Chefe do Governo” e a França como “Mestra da Latinidade e Guia dos Povos Livres”⁵³. Ironicamente, os mais importantes signatários do documento não podem evocar os constrangimentos sentidos no exílio em território francês após o término da Guerra Civil, em Espanha. Pelo contrário, procuram justificar com a experiência da repressão nazista e da resistência a existência de um

⁴⁸ Este vínculo com Espanha tem um sentido especial, já que a comemoração do 5 de Outubro ocorre no mesmo dia em que os Budas recebem um antigo companheiro de Espanha, Alfonso Castelao. Ver item seguinte.

⁴⁹ Ver Arquivo Moura Pinto.

⁵⁰ Cópia do telegrama, datado de 22 ou 25 (?) de Abril de 1945. Anexo do Memorando enviado por Moura Pinto a José Domingos dos Santos, 10 de Junho de 1945

⁵¹ *Idem*.

⁵² CORTESÃO, J. *Elogio histórico de Bernardino Machado : pronunciado em sessão pública, promovida por um Grupo de Democratas Brasileiros e Portugueses, na Liga da Defesa Nacional. 17 de Junho de 1945.*

⁵³ Exemplar original manuscrito do telegrama. Arquivo Moura Pinto. O telegrama se repete no ano seguinte, tendo a resposta sido arquivada pelo ex-Ministro da Justiça, Telegrama assinado por General Dastier, Embaixador de França, datado de 30 de Julho de 1945, endereçado a Ventura Brenha.

possível elo de contacto que os projectem externamente, destacando a importância da oposição exilada no combate contra o salazarismo.

O ano de 1945 oferece ainda inúmeras oportunidades para as manifestações de cunho democrática e a projecção dos opositores no exterior, de forma a apresentarem o salazarismo como um similar do fascismo, na expectativa de “despertar” uma reacção internacional contra o regime de Lisboa. Esse tipo de argumentação é bem clara e ganha expressão no telegrama enviado à Presidência da Conferência de São Francisco, aquando da sua abertura. Nesse texto, reproduzido posteriormente para a imprensa, o grupo afirma repelir o acto de “fascista” Salazar ao decretar luto por morte de Hitler, denunciando-o como um “ultraje à dignidade dos homens livres, das nações escravizadas e ao heróico sacrifício dos Exércitos das Nações Unidas”⁵⁴.

Neste período, entre os actos de maior impacto internacional realizados pelo antigo grupo dos Budas está a publicitação do telegrama enviado em “nome dos deportados e exilados portugueses na América” aos “Três Grandes”, Harry Trumann, Clement Attlee e Joseph Stalin⁵⁵. Neste documento denunciam o Estado Novo como “uma ditadura inspirada nos piores processos do nazi-fascismo”, a repressão do regime, espelhada nos campos de concentração, o perigo que este representa para a “paz no mundo”, sendo lembrada a colaboração de Salazar a Franco durante a Guerra Civil, exemplo da “violação das regras mais elementares da humanidade e do direito internacional”⁵⁶. Estas denúncias chegam até Lisboa e levam o regime a uma reacção de ataque e tentativa de descrédito dos signatários, denunciando-os como verdadeiros “degenerados” e traidores de Portugal. Tais acusações contribuem para um impacto positivo em termos da projecção do grupo nos meios oposicionistas⁵⁷.

O objectivo de todos os grupos, e em especial dos Budas, é obter aliados, de forma a estabelecer a liderança e a unidade de todos os principais núcleos de exílio antissalazarista. Nos Estados Unidos, os contactos dos Budas remontam ao ano de 1941, quando o grupo passa a receber correspondência de José Rodrigues Migueis, Abílio Águas e João Camoesas⁵⁸. O primeiro estabelece contacto com o companheiro da Seara Nova, Cortesão, sendo que este trata de articular a ligação com os restantes⁵⁹. Por outro lado, o final da guerra proporciona o restabelecimento dos vínculos com os exilados em Paris, nomeadamente com o antigo companheiro dos “Budas”, José Domingos dos Santos.

A possibilidade de reconhecimento da legalidade da oposição portuguesa é pensada aquando da estruturação e organização das Nações Unidas, pois só um organismo internacional poderia conferir tal estatuto ao movimento, considerando que o regime vigente em Portugal teria na sua origem um golpe militar contra um governo

⁵⁴ Cópia do Telegrama anexo ao Memorando enviado a José Domingos dos Santos em 10 de Junho de 1945. Arquivo Moura Pinto.

⁵⁵ O texto é enviado aquando da Conferência de Postdam, em Julho de 1945.

⁵⁶ Cópia do telegrama anexo ao Memorando enviado a José Domingos dos Santos.

⁵⁷ Primeira página do jornal *Diário da Manhã*, de Lisboa, datada de 17 de Fevereiro de 1946. Um dos que chega a comentar vivamente o caso é João Soares em carta enviada a Moura Pinto datada de 19 de Fevereiro de 1946. Arquivo Moura Pinto.

⁵⁸ Os dois últimos elementos são antigos conhecidos dos Budas, sobretudo, João Camoesas, membro activo do Revivalho.

⁵⁹ Cópia da Carta enviada a Cortesão por Moura Pinto, Natal de 1941. Arquivo Moura Pinto.

legitimado pelas urnas⁶⁰. Para tal, o primeiro passo seria o consenso geral da oposição em torno da representatividade do grupo, especialmente da UDP, pelos combatentes oposicionistas radicados ainda em território português. Após este reconhecimento, tratar-se-ia do envio de representantes do movimento oposicionista à Conferência de São Francisco, aberta em 25 de Abril de 1945.

Assim sendo, são reavivados os vínculos com antigos companheiros ainda envolvidos no combate ao regime. Estes facilitam a ligação com os “novos combatentes” e a UDP obtém a autentificação da sua condição de “representante legal” do movimento oposicionista português. O primeiro anúncio do facto é dado por João Soares⁶¹, escolhido pelos companheiros para dar a notícia ao grupo:

“Após longos anos – tantos! – de completa separação, surge agora uma oportunidade de comunicar convosco, embora em rápidas linhas. Agarrei-a sofregamente, quase em volúpia; e aqui vai o melhor e mais afectuoso abraço para o inesquecível triunvirato do Retiro de Alcalá. [...]

Há um ano que se constituiu o C.N.U.A.F., onde estão representadas todas as antigas correntes políticas – e o recente mas já forte partido comunista – sob a presidência da pessoa que assina em 1.º lugar a credencial.

[...] De qualquer forma, a vossa missão em S. Francisco é da mais alta e decisiva importância, para esclarecer, perante o mundo inteiro, o panorama político português – E todos nós ficamos certíssimos de que o admirável triunvirato se desempenhará eficazmente da espinhosa incumbência.”⁶²

A rede de vínculos havia surdido efeito, visto que chega de Lisboa uma credencial, assinada por N (Norton de Matos), B (Barbosa de Magalhães) e B (Bento de Jesus Caraça) delegando a representatividade do movimento oposicionista para atuar na Conferência de São Francisco ao grupo composto por Moura Pinto, Jaime de Moraes, Cortesão e ao seu representante José Rodrigues Migueis⁶³.

O facto gera o entusiasmo do grupo, sobretudo no que concerne à rivalidade então estabelecida com o outro grupo de exilados, já citado, reunido em torno do Comité Português Antifascista que, apesar da vinculação ao PCP, não obtém o seu reconhecimento para atuar internacionalmente. Moura Pinto, em carta a Jaime de

⁶⁰ Este é o mesmo princípio que rege a actuação dos republicanos espanhóis no exílio. O vínculo entre os dois sectores ibéricos torna-se mais forte pela igualdade de intenções e pelas condições históricas que os aproxima.

⁶¹ João Soares é amigo próximo de Alberto Moura Pinto, com quem participou na Revolta de 1928, e de Carneiro Franco. Ambos estiveram exilados nos Açores, sendo que um filho de Moura Pinto, João, nascido fora do seu casamento, frequentou sem ónus o Colégio Moderno, de propriedade do antigo companheiro de exílio. Sobre João Soares ver a biografia no site da Fundação Mário Soares.

⁶² Carta de “Rafael” (João Soares) endereçada a Joaquim (Moura Pinto), datada de Lisboa, 16 de Abril de 1945, Arquivo Moura Pinto. A CUNAF é o Conselho de Unidade Nacional Antifascista liderado pelo comunista Bento de Jesus Caraça. Juntamente com o Movimento de Unidade Democrática e o Movimento Nacional de Unidade Democrática formam a frente antifascista atuante em Portugal no período.

⁶³ Credencial, datada de Lisboa, Abril de 1945, Arquivo Moura Pinto.

Morais, ironicamente refere-se aos dois primeiros, citando um epíteto com o qual é caracterizado pelos seus “rivais”, ou seja, “burguesia democrática”⁶⁴:

“Recebida a papelosa dá vontade de principiar pela gana infantil do prudente Ulisses de Chacim: que pena não a podermos esfregar nas trombas do Matemático e dos Pinheiros Malucos! Resistamos ao impulso porque do caso há que tirar vantagens locais, rigorosamente seleccionadas... e úteis entre a burguesia democrática”⁶⁵

No entanto, e apesar dos contactos já efectuados com José Rodrigues Migueis, a credencial chega tarde ao Rio de Janeiro, sendo portador da mesma Rafael Rodrigues que se deslocara ao Brasil para tratar de assuntos de uma das empresas de Feteira. Para além disto, os entraves na obtenção de passaportes, sobretudo no caso de Jaime de Moraes, impedem a viabilização da ida de representantes do grupo aos Estados Unidos⁶⁶:

“O que quero dizer é isto: já estávamos em contacto com New York e já com os nossos amigos tínhamos tratado do caso de S. Francisco; agora, porém, é tarde para uma deslocação.

Bem: presumo que é tarde, na realidade, pois mesmo que decidíssemos, hoje mesmo, que alguém fosse aos EEUU, e supondo as documentações em ordem (e por certo que nenhum de nós terá a declaração de ter os seus deveres para com o imposto de renda em dia, e sem ela ninguém sai do Brasil), nem em 8 dias se encontraria vaga ou vagas num avião. Isto e a deslocação para S. Francisco, via New York, para entrarmos em contacto com os outros, teriam esta consequência a conferência já tinha terminado, pois pouco mais de uma semana demorará, penso eu”⁶⁷

Malgrado as instruções enviadas, determinando a participação de dois dos Budas, e de Lúcio Thomé Feteira ter disponibilizado o dinheiro para o pagamento das passagens, nenhum deles viaja para os Estados Unidos. Ao invés disto, e aproveitando a comemoração do 5 de Outubro, é enviado ao Comité Português Americano, presidido por Abílio Águas, uma nota para ser entregue à Assembleia de São Francisco declarando a adesão dos opositores antissalazaristas à “organização livre e democrática de todas as Nações certos de representarmos aspirações do povo português, impedido de falar ou manifestar-se, como o foi de lutar nesta Guerra pela causa aliada dominado que está por um governo fascista”⁶⁸.

⁶⁴ Em entrevista dada à autora, um antigo membro do grupo de Aniceto, Luís Leite de Vasconcelos, vinculado ao PCP, afirmou que esta era a forma pela qual os antigos republicanos eram descritos. 10 de Junho de 2004.

⁶⁵ Bilhete de Moura Pinto a Jaime de Moraes, sem data, Arquivo Jaime de Moraes. Fundação Mário Soares. O referido documento é a resposta a carta do segundo, datada de 11 de Maio. A menção do termo “burguesia democrática” foi empregue também por um outro elemento do grupo do “matemático”, Aniceto Monteiro, o também matemático Luís Leite de Vasconcelos para designar os “Budas”, aquando da entrevista dada à autora em 15 Abril de 2004.

⁶⁶ Jaime de Moraes chega a encaminhar fotografias para o documento, pois teria ficado “com a impressão de que “havia passaportes” (carta de Jaime de Moraes a Moura Pinto, datada de 18 de Março de 1945, Arquivo Moura Pinto). É de ressaltar o facto de que Jaime de Moraes só possuir a sua situação legalizada no país em 11 de Janeiro de 1946. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 29-01-1946, p. 1477.

⁶⁷ Carta de Jaime de Moraes a Moura Pinto, 11 de Maio de 1945. Arquivo Moura Pinto

⁶⁸ Telegrama da Comissão do 5 de Outubro assinado por Dores Gonçalves. Rascunho, arquivo Moura Pinto.

No entanto, o novo cenário internacional após o término da Segunda Guerra, não se adivinha promissor para a oposição portuguesa. O relato de Armando Cortesão, então na Inglaterra, confirma o desencanto com o posicionamento das democracias aliadas e das Nações Unidas diante do problema ibérico:

“O S. continua e continuará porque isso convém a quem aqui pode e manda. O que se tem passado em Itália, Grécia, Bélgica e até França (ainda neste caso o gado é mais mosqueiro e pode marrar mais rijo) mostram claramente o firme propósito de exercer aquela hegemonia a que me refiro numa das minhas “Cartas de Londres” na Seara, e que muitos amargos de boca nos vai trazer assim como a todos os democratas e republicanos da Europa Ocidental e meridional. Tenho os nomes e tonelagem de vários navios que o ano passado foram daqui enviados para a nossa terra carregados de moderno e poderoso armamento – tanks, aviões, self propelled guns, etc, etc, em quantidade muito maior do que às necessidades de lá. O pretexto seria armar uma expedição à Timor!...A realidade é armar até aos dentes a guarda pretoriana para defender os ditadores contra o povo. O excesso de armamento será passado ao país vizinho no momento em que o povo de lá se queira levantar contra os reaccionários de qualquer cor, como seja a monarquia que daqui lá desejam ardentemente. Um horror, querido Amigo. Não sei quando lá poderemos voltar, mas não creio que seja tão cedo”⁶⁹

3. A oposição e o apoio dos democratas brasileiros ao movimento.

Para as autoridades consulares, nomeadamente para o adido de imprensa da Embaixada, Armando Boaventura⁷⁰, a oposição exilada é responsável por uma "oculta manobra internacional, maçónica e judaica"⁷¹ que, em última instância, visa atacar o regime. No entanto, de “oculta” as acções dos antissalazaristas no Brasil não tinham nada. Quer os artigos de jornais, sejam de monárquicos como Tomás Ribeiro Colaço, republicanos, como Jaime de Morais ou mesmo de comunistas, como Lúcio Pinheiro dos Santos, e até os eventos realizados sob a vigilância das autoridades brasileiras procuram denunciar abertamente o salazarismo e angariar simpatias para a causa oposicionista.

Na verdade, na preocupação do agente diplomático e inquietação de Lisboa são respostas ao clima de denúncia criado pelos oposicionistas. O contra-ataque do governo de Salazar é dado através de uma nota "oficiosa", na qual solicita ao Ministério das Relações Exteriores do governo brasileiro providências contra a "ofensiva engenhosa, tenaz e crescente contra o Governo português (em que infelizmente se deixou enredar uma boa porção da imprensa brasileira) com a intenção, hoje evidente, de coligar contra ele todos os portugueses rebeldes e descontentes emigrados para o Brasil". A própria Embaixada interpela as autoridades brasileiras no sentido de corrigir "os desmandos da

⁶⁹ Carta de Armando Cortesão a Jaime de Morais, datada de Londres, 12 de Abril de 1945.

⁷⁰ Armando Boaventura, jornalista, monárquico, exilado em Espanha após a República, retorna a Portugal em 1921, onde vem a tomar parte, de forma activa, no golpe do 28 de Maio de 1926. Trabalhou para *A Época*, *O Século* e foi fundador do *Diário da Manhã*, além de director do *Diário de Notícias*. Esteve no Brasil como adido de imprensa da Embaixada de Portugal, juntamente com o Embaixador Martinho Nobre de Mello.

⁷¹ *Memorandum Reservado* da Embaixada de Portugal dirigido ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, datado de 8 de Fevereiro de 1942. M.N.E., 2.º piso, Armário 50, Maço 68.

imprensa brasileira em correlação com a propaganda e acção antipatriótica de certos dos nossos emigrados políticos"⁷².

No entanto, apesar do governo brasileiro afirmar ter tomado providências contras "as insinuações de carácter político" dos exilados⁷³, pouco ou nada é feito neste sentido. A Guerra que havia dividido a Europa e os oposicionistas é agora o grande trunfo para a sua união e o pano de fundo para a sua acção. A permissão legal para a realização das Comemorações do 5 de Outubro, de forma privada, é apenas o aspecto mais visível de concessões e pequenas vitórias do grupo oposicionista, no sentido de articular o movimento oposicionista no Brasil e no exterior.

De facto, à medida que o país caminha para o fim da ditadura varguista, o movimento oposicionista português consegue um maior número de adeptos na sociedade brasileira. A "Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa", SADP, já citada, é exemplo desta aproximação entre os dois setores democratas, portugueses exilados e brasileiros. Chefiada inicialmente por Hermes Lima⁷⁴, o seu objectivo é de "contribuir para fortalecer os ideais democráticos na colónia portuguesa do Brasil"⁷⁵. Logo no dia da sua primeira reunião pública, realizada a 15 de Setembro de 1945, a iniciativa é saudada com uma moção de solidariedade do grupo republicano⁷⁶. Este atesta os vínculos pré-existentes entre os membros da recém fundada associação e os opositores portugueses, já que encontramos duas versões do mesmo; uma directamente endereçada à Hermes Lima, com a qual o grupo dos Budas mantém um contacto constante, e a outra dirigida à SBADP, com um conteúdo idêntico, porém com outro destinatário:

Vossas nobres palavras não nos surpreenderam. A muitos de vós, em separado, as havíamos escutado. Apenas o que estava implícito nas consciências isoladas agora se organizou e ganhou expressão pública e eficaz. E estamos seguros de que aos primeiros e prestigiosos mnomes, que assinaram aquele manifesto e concorrem à vossa reunião, muitos outros, de todo o Brasil, virão juntar-se⁷⁷

Na verdade, esta ligação da UDP à SBADP tem na figura de Hermes Lima o seu principal contacto e inúmeras são as iniciativas realizadas pelo organismo quando da sua presença na direcção do mesmo e sob a influência directa da UDP. No entanto, desde a implantação da SBADP, a presença de um representante do Partido Comunista

⁷²Ofício reservado da Embaixada no Rio de Janeiro, datado de 20 de Fevereiro de 1942, dirigido a António de Oliveira Salazar. M.N.E., 2.º piso, Armário 50, Maço 68.

⁷³Cópia do *Memorandum* do Ministério das Relações Exteriores do Brasil ao Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, datado de 11 de Fevereiro de 1942, anexa ao Ofício citado.

⁷⁴ Nasceu em 1902, no Estado da Bahia, e falece em 1978, no Rio de Janeiro. Foi professor na Faculdade de Direito de São Paulo e na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, Escreve para diversos jornais e entra para a vida política em 1925, como deputado Estadual. Em 1946, é deputado do Partido da Esquerda Democrática, criado em 1946, o embrião do Partido Socialista No governo de João Goulart, nos anos sessenta, ocupa o cargo de Ministro do Trabalho e Previdência Social, de Presidente do Conselho de Ministros e de Ministro das Relações Exteriores. Durante os anos quarenta e cinquenta, Hermes de Lima mantém um contacto intenso com Jaime de Moraes, Moura Pinto e Cortesão, sendo inúmera a correspondência trocada entre eles. Sobre o tema, ver, entre outros, Konder, Leandro. *História das Idéias Socialistas no Brasil* (São Paulo: Expressão Popular, 2003)

⁷⁵ Estatutos da SBADP citados no artigo "Atividades da SBADP", in : *Libertação*, 1 de Maio de 1947, p. 14.

⁷⁶ Manifesto enviado a SBADP de 15 de Setembro de 1945, pela União dos Democratas Portugueses. Arquivo Moura Pinto

⁷⁷ Manifesto enviado a SBADP de 15 de Setembro de 1945, pela União dos Democratas Portugueses. Arquivo Moura Pinto

do Brasil⁷⁸, Álvaro Ventura, assinala já a forte ligação que vai passar a existir entre os recém-chegados comunistas portugueses e os seus “camaradas” do Brasil no interior da SBADP⁷⁹.

Na primeira etapa, a aproximação entre os Budas e Hermes Lima pode ser justificada pelas afinidades políticas, já que, os deputados Hermes Lima e Osório Borba estão no embrião do então futuro Partido Socialista no Brasil. As semelhanças políticas dos discursos possibilita a aproximação entre eles, ao mesmo tempo que passa a colocar em destaque as rivalidades internas de cada um deles e a disputa para assumirem o papel de legítimos representantes de ambas as oposições. Para além deste factor, nos anos cinquenta, o nome de Hermes de Lima aparece vinculado à COVIBRA, de Lúcio Thomé Feteira, como membro do Conselho Fiscal daquela companhia⁸⁰. Assim sendo, a rede de relacionamentos políticos e económicos estabelecidos no tecido republicano da emigração e do exílio, torna a ser repetida no que tange aos contactos mantidos com figuras de apoiantes da “causa” no cenário político e social brasileiro.

Para além da SBADP, e ainda na segunda metade da década de quarenta, o apoio de outros organismos brasileiros, como a Associação Brasileira de Imprensa, favorece a adesão de personalidades públicas brasileiras à causa dos exilados portugueses. Nomes como o do jornalista e escritor Manuel Bandeira, ou de António Cândido ficam para sempre ligados à defesa da democracia em Portugal⁸¹.

Nos jornais as denúncias a respeito das arbitrariedades do salazarismo continuam a ser publicitadas por jornalistas brasileiras afectos ao movimento oposicionistas dos emigrados e exilados políticos. Desde a caracterização pejorativa de Pedro Teotónio Pereira como “Farrapo” do salazarismo, em artigo não assinado datado de 26 de Outubro de 1945 na *Tribuna Popular*, ou das denúncias de ilegalidades nas eleições de 1945 pelo periódico *O Jornal*, em 21 de Novembro do mesmo ano, os ataques são regulares. Entre os mais acérrimos combatentes, está Osório Borba que, entre outros pontos, critica a publicitação nos jornais portugueses da adesão de militares brasileiros à Legião, denunciando-a como “uma milícia fascista exatamente igual, na sua orientação, nas suas finalidades e na sua organização à milícia fascista de Mussolini, à milícia de Hitler e a Guarda de Ferro de Codreanu”⁸².

Muitas destas notas são entregues nas redacções dos jornais favoráveis ao movimento oposicionista português directamente por membros da Oposição. No arquivo Moura Pinto são inúmeros os rascunhos e recortes de imprensa com pequenas

⁷⁸ Sobre o Partido Comunista do Brasil, ver, entre outros: CARONE, Edgard. *O PCB (1922-1943)* (São Paulo: Difel, 1982); *Idem, O PCB (1943-1964)* (São Paulo: Difel, 1982).

⁷⁹ A partir de 1945, e após a deposição do ditador, o Partido Comunista Brasileiro, no seu curto período de legalização, vai se aproximar dos elementos comunistas do exílio português.

⁸⁰ Ver actas das Assembleias da COVIBRA publicadas nos Diários Oficiais do Brasil, como a Acta publicada em 14 de Junho de 1956.

⁸¹ Manuel Bandeira, 1886-1968, jornalista e escritor, estando ligado ao Partido Socialista Brasileiro, foi candidato a deputado por este partido em 1950. O seu nome está ligado aos manifestos da oposição portuguesa desde os anos quarenta, possuindo diversos artigos jornalísticos contrários ao regime de Oliveira Salazar em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo; António Cândido, jornalista, escritor e crítico literário é um dos fundadores da União Democrática Socialista, mais tarde, Esquerda Democrática e, a partir de 1947, Partido Socialista Brasileiro. Durante toda a sua trajectória de vida é um dos grandes apoiantes da oposição portuguesa no Brasil. Sobre o tema, ver, entre outros, LEMOS, Fernando e LEITE, Rui Moreira (org.). *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas*. (São Paulo: Edusc/ Unesp, 2003).

⁸² BORBA, Osório. “Por Incrível que pareça”, in: *Diário de Notícias*, 1 de Fevereiro de 1948. Recorte do Arquivo de Moura Pinto.

notícias acerca da repressão do regime e do processo eleitoral nos anos quarenta⁸³. Unindo esforços, os emigrados e exilados políticos portugueses contam sempre com estes apoios, enquanto a democracia for o suporte dos governos vigentes no Brasil, como veremos na década seguinte.

4. Os emigrados combatentes e os combatentes emigrados: quem financia a oposição no exílio.

Congregados pelos mesmos ideais os republicanos emigrados ou exilados políticos guardam entre si uma cumplicidade que ultrapassa o credo político, pois não é somente o republicanismo o elo de união entre eles. Em terra estranha, mas possuidores de uma cultura e formação que o emigrante comum não possui, a elite republicana da colónia portuguesa do Brasil compõe uma outra “face” do mundo empresarial da emigração, transposto na imagem do “brasileiro de torna viagem” ou dos “comendadores”.

Os pontos de fixação destes republicanos são os grandes centros urbanos, em especial, o Rio de Janeiro, então a capital brasileira, ou São Paulo, uma metrópole que sofre modificações com o crescimento da cultura cafeeira e a chegada de outras levas de emigração, como a italiana. Graças ao grau de instrução e a especialização, estes emigrados/emigrantes/exilados exercem funções não muito comuns na colónia, como a advocacia, a medicina, o jornalismo e o ensino. Um caso de destaque é o de Ricardo Severo e o renomado escritório de arquitectura e engenharia mantido em São Paulo nos anos vinte e trinta. Há ainda os que chegam depois do 28 de Maio trazendo uma vasta formação universitária como Lúcio Pinheiro dos Santos, antigo professor na Universidade do Porto. Um outro núcleo significativo é formado por empresários, vários de pequeno porte ligados ao ramo da restauração que seguem o destino comum aos seus compatriotas emigrantes. Em torno destas grandes ou pequenas sociedades comerciais, estão agrupados pequenos comerciantes, escriturários, contabilistas e profissionais liberais, todos republicanos e vinculados ao movimento oposicionista.

Há também aqueles que possuem um capital de vulto e são os grandes “financiadores” das ações oposicionistas realizadas a partir do Brasil. Alguns alcançam o estatuto de grandes capitalistas Ricardo Seabra de Moura, herdeiro de um complexo fabril no Rio de Janeiro, a Companhia Corcovado de Tecidos; Lúcio Thomé Feteira, empresário no Brasil e em Portugal com a COVIBRA, já citada, ou ainda, Raul Monteiro Guimarães, vinculado à indústria de moagem em Portugal e que ganha notoriedade como director de uma das principais empresas ligadas ao sector cerealífero, a Moinho da Luz S.A.

Aliando a formação técnica ao pioneirismo de alguns dos seus investimentos, estes republicanos, mas também industriais, comerciantes ou profissionais liberais formam verdadeiramente a “outra colónia”, defensora do republicanismo e dos seus ideais. É esta verdadeira “rede” de opositores ao regime financiará, dará empregos e garantirá a continuidade da luta e da sobrevivência aos que comporão as novas levas de exilados e emigrados políticos.

⁸³ É o caso das duas notas citadas anteriormente e que constam do referido arquivo.